

SESSÕES DO PLENÁRIO

75ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 03 de setembro de 2009.

PRESIDENTE: DEP. SÉRGIO PASSOS AD HOC

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Álvaro Gomes, Antônia Pedrosa, Capitão Tadeu, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fátima Nunes, Gaban, Gilberto Brito, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J. Carlos, João Bonfim, José Nunes, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz de Deus, Marcelo Nilo, Maria Luiza Laudano, Misael Neto, Pedro Alcântara, Prof. Valdeci, Roberto Carlos, Rogério Andrade e Sérgio Passos. (27)

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Misael Neto, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 03 a 06/08/2009, em função de intervenção cirúrgica, conforme atestado médico em anexo.

Do Dep. Ferreira Ottomar, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 05, 10 a 17/08/2009, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Isaac Cunha, comunicando sua ausência nas sessões do dia 10/08/2009, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Luiz de Deus. Na ausência, com a palavra o deputado Euclides Fernandes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. EUCLIDES FERNANDES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa preocupação é com o ensino superior público do Estado da Bahia, é com a oportunidade dos filhos de pais pobres que não podem dar continuidade aos seus estudos porque não têm poder aquisitivo para pagar uma faculdade particular.

Atualmente existe o amparo para o estudante pobre pagar o seu ensino superior através do Fies, que é um instrumento perverso, Sr. Presidente. O Fies é um financiamento normal na Caixa Econômica, exigindo inclusive um avalista. Percebamos, Srs. Deputados, a perversidade, há até necessidade de um avalista para aquele estudante humilde filho de pais pobres ter que fazer o Fies é uma exigência que não entra no Fies.

Fora o Fies, Sr. Presidente, o ProUne, que é um instrumento muito bom de amparo ao jovem que entra no curso superior do sistema privado, criado pelo governo de Lula para os estudantes que vierem da rede pública do segundo grau e do ensino fundamental. Aquele estudante que conseguiu no Enem uma média de 45 pontos, mas insuficiente para atender a demanda, a procura dos estudantes pobres que concluem o segundo grau.

Mas o motivo de eu estar hoje na tribuna, Sr. Presidente, é o *Faz Universitário*, que é o instrumento do Estado da Bahia, que é o estudo em forma de gratuidade através do Estado da Bahia, e o governo Jaques Wagner, que é voltado para o social, tem mostrado a sua preocupação principalmente no atendimento social, como estão aí as políticas públicas do Estado em relação à casa própria, para abrigar o pai de família pobre que não tem condição de comprar uma casa para colocar seus familiares. Exemplo é o *Água para Todos*, o grande programa do governo Jaques Wagner.

Sr. Presidente, logo que o governo Jaques Wagner assumiu, o Secretário da Educação da época e o Secretário da Fazenda suspenderam o *Faz Universitário* com o argumento de que iria reestruturá-lo.

Sr. Presidente, já estamos com 2 anos e meio e essa reestruturação do *Faz Universitário* ainda não se concluiu. Eu fico preocupado porque a existência deste programa teria dado acesso, nesses 2 anos e meio, a milhares de estudantes pobres que não podem ingressar no ensino superior, numa universidade pública em razão da concorrência e não podem ir para uma particular porque não têm recursos para manter-se, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no curso da rede privada.

Então, Sr. Presidente, eu faço um apelo ao governo, ao Sr. Secretário da Fazenda, ao Sr. Secretário da Educação, para fazer retornar o programa *Faz Universitário*, instrumento importantíssimo para atender as necessidades dos jovens

filhos de pais pobres, que têm o desejo e o sonho de continuar com seus estudos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Com a palavra o nobre deputado, vice-presidente desta Casa, Rogério Andrade, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROGÉRIO ANDRADE:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, caro amigo, deputado Misael Neto, líder do Democratas neste Parlamento, caro deputado Euclides Fernandes, eu posso dizer a V.Ex^a que não tinha a intenção de fazer uso desta tribuna hoje pela manhã, mas não poderia me calar diante das palavras que V.Ex^a proferiu há pouco. V.Ex^a disse no vosso pronunciamento que o governo do Estado poderia ter mantido vivo o *Faz Universitário* e eu poderia dizer mais: O governo do Estado poderia ter dado continuidade também aos programas *Viver Melhor*, *Cabra Forte*, *Produzir*, mas, lamentavelmente, deputado Euclides Fernandes, este governo não apresenta novos programas para os baianos e nem ao menos mantém os programas já existentes que eram importantes para o desenvolvimento e o progresso do nosso Estado.

É um governo sem norte, sem rumo, sem diretrizes. Confesso, Sr. Presidente, que imaginei que com a entrega dos cargos do PMDB ao governador Jaques Wagner, o governador teria a oportunidade de ocupar esses espaços, ocupar as secretarias, os órgãos com técnicos qualificados que viessem no último ano da sua gestão, da gestão do governador Jaques Wagner, melhorar a questão administrativa do seu governo.

Mas, para nossa frustração e decepção, o que percebemos, nobre presidente é que a tendência é aumentar ainda mais o caos administrativo do nosso Estado. Esse governo tem limitações no que se refere a investimentos, uma vez que priorizou o custeio e inchou a máquina pública com os companheiros do Partido dos Trabalhadores.

O governador perdeu a oportunidade de melhorar, qualitativamente, a sua equipe, e ocupou as secretarias, os órgãos, os cargos, com um único critério, o critério do fisiologismo, do pragmatismo, da politicagem, de se fortalecer politicamente e esquecer a necessidade de melhorar uma série de indicadores sociais, que vêm piorando muito em nosso Estado. Há um retrocesso, Sr. Presidente, em muitas áreas, a exemplo da saúde.

O governador esteve em um dos municípios que nós representamos, e ao ser solicitada uma obra importante para aquele município, disse publicamente, não só em palanque, como também em uma emissora de rádio local, que praça pública não era prioridade no seu governo.

Eu gostaria de saber qual é a prioridade do governo Jaques Wagner, pois educação, saúde, segurança e obras de infraestrutura não são prioridades.

Gostaria, Sr. Presidente, de deixar aqui esta indagação: qual é a prioridade do governador Jaques Wagner? Porque só vejo o interesse do governador em fazer turismo, passear nos municípios, preencher os cargos e os órgãos da sua administração com os companheiros do PT, e agora com outros companheiros que o

mesmo governador repudiava há um tempo não muito longínquo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, o deputado Gilberto Brito.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Dr. Sérgio Passos, V.Ex^a presidindo a Casa, mesmo que *ad hoc*, muda tudo. Até as poltronas mudaram, assim como a quantidade de espaços, para que o público se faça presente.

Eu gostaria, Dr. Luiz de Deus, de focar um assunto em que já toquei aqui, na semana próxima passada. Ao longo deste ano de 2009, as prefeituras municipais sofreram considerável redução nas suas receitas. O FPM caiu bastante e o ICMS, também, por via de consequência, veio a cair. Isso fez com que o dinheiro destinado às obrigações constitucionais para as prefeituras viesse a reduzir-se.

Contudo, deputado Sérgio, o salário mínimo aumentou, a quantidade de funcionários da prefeitura é a mesma. As obrigações a cada dia se ampliam e vão se somando. A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece alguns percentuais de gastos das prefeituras com determinados pontos, a exemplo: 15% com saúde, 25% com educação e o máximo de 54% ,da receita líquida, com pagamento de funcionários. A partir do momento em que receita se reduz e a despesa aumenta, mesmo que a prefeitura não venha a contratar qualquer novo funcionário, e se aquela prefeitura esteve ou estava dentro do risco estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é evidente que no final do ano essa prefeitura ultrapassará o limite de 54%.

Então, conclamo a Casa e a Comissão de Constituição e Justiça, deputado Aderbal Caldas, por ser a comissão específica em lidar com as questões da legalidade, da constitucionalidade, no sentido de interceder junto ao Tribunal de Contas para que, no próximo ano de 2010, quando da apreciação das contas do exercício fiscal de 2009, os senhores conselheiros possam ter uma certa compreensão, uma certa flexibilidade com relação a esse aspecto, sob pena, Dr. Luiz, de ser desencadeada uma infinidade de rejeições de contas de prefeituras municipais, mesmo que o prefeito tenha se portado, conduzido sua gestão dentro dos princípios estabelecidos pela lei, contudo, em um determinado momento, ele não pôde atender à lei.

Como exemplo, farei uma analogia com o Direito Penal: se alguém mata em legítima defesa, se alguém mata em estrito cumprimento do dever legal, ou sentindo-se na possibilidade de estar tendo a vida ceifada - chamado estado de necessidade... Por exemplo, 10 pessoas encontram-se dentro de um elevador, este vem a sofrer uma pane e começa a faltar oxigênio, se alguma pessoa dentro do elevador se sentir acometido com risco de vida e lançar mão de violência para ceifar a vida de outrem, evitando que morra por um tema que ele não deu causa, a lei entende que ele exercitou o seu direito por se encontrar em uma situação estabelecida num estado de necessidade.

Então, pergunto, deputado Sérgio, usando essa analogia, usando esse

paradigma, será que as prefeituras também não poderiam ter, quando do julgamento das contas de 2009, no próximo ano de 2010, uma certa tolerância, uma certa compreensão por parte do Tribunal de Contas para o juízo e julgamento das contas?

Quero conclamar a Casa e sobretudo a Comissão de Constituição e Justiça, da qual tenho a honra de participar, para que possamos levar a questão ao Tribunal de Contas dos Municípios, sensibilizá-lo e fazer com que os senhores membros desse tribunal, todos probos, dignos, honrados, capacitados e sensíveis se toquem também para essa real situação. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Com a palavra o deputado Misael Neto pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. MISAEL NETO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores da imprensa e senhores que acompanham esta sessão das Galerias, hoje, teremos uma tarde interessante.

Antes, porém, quero parabenizar o deputado Gilberto Brito pelo pronunciamento. Infelizmente, aqui no “pinga-fogo” do Pequeno Expediente não é possível pedirmos aparte, mas gostaria de parabenizá-lo e até me juntar aos seus sentimentos, deputado Gilberto Brito, porque a realidade é que muitos municípios passam por dificuldades por conta da perda de arrecadação, por conta da queda do FPM, dos repasses federais. Então, essa é uma preocupação, e o Tribunal de Contas dos Municípios tem agido como se o gestor público municipal fosse bandido. Essa é uma situação delicada, e todos nós que temos prefeitos aliados devemos ficar juntos nessa luta em defesa do município.

Mas, como estava dizendo, deputado Aderbal, hoje teremos uma tarde interessante, pois o governador de Minas Gerais, Aécio Neves, estará aqui recebendo o título de cidadão baiano. Vai ser uma oportunidade ímpar para que o governador Jaques Wagner possa fazer um intercâmbio de ideias e aprender um pouco com o governador Aécio Neves que tanto fez por Minas Gerais e que se fosse possível ser novamente candidato seria quase por aclamação eleito governador do Estado de Minas Gerais.

Um Estado difícil de administrar mas, com muita coragem, com muito preparo, o governador Aécio Neves fez uma verdadeira revolução administrativa naquele Estado. Conseguiu colocar técnicos, lá ele não faz politicagem, não troca cargo por apoio, o governador Aécio Neves se cercou de pessoas preparadas para gerir o Estado de Minas Gerais.

Estive lá há pouco mais de um mês e lá o que vemos é um verdadeiro canteiro de obras naquele Estado. Assim como o senador Antônio Carlos revolucionou aqui o Estado da Bahia, principalmente Salvador, construindo este lugar onde estamos, o Centro Administrativo, o governador Aécio fez um Centro Administrativo em Minas Gerais de dar inveja a qualquer cidade da América Latina, coisa de primeiro mundo, deputado Aderbal. Lá a Oposição é respeitada; lá não há fisiologismo. Então, hoje, espero eu que quando o governador Wagner chegar a esta Casa, aproveite um pouco

da presença do governador Aécio Neves e pegue um pouco das ideias, ideias progressistas, ideias modernas, e saia um pouco do fisiologismo e da troca de cargos por apoio político.

Estaremos em festa esta tarde, com a presença de diversas autoridades, já confirmaram presença o governador Jaques Wagner, o ex-governador Paulo Souto, o prefeito da cidade João Henrique, o senador Antônio Carlos Magalhães Júnior, o senador César Borges, soube pelo deputado Leur que o ministro Geddel Vieira Lima também estará presente. Então, estaremos aqui com as maiores lideranças do nosso Estado, prestigiando o governador Aécio Neves. Espero que ele dê umas sopradinhas de ideias no ouvido do governador Jaques Wagner e que a Bahia saia do atraso em que se encontra hoje.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Com a palavra o ilustre deputado Aderbal Fulco Caldas. Não menos ilustre, o deputado Luiz de Deus também fará uso da palavra logo a seguir.

O Sr. ADERBAL FULCO CALDAS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, alguns temas relevantes neste pequeno espaço de tempo foram focalizados nesta Casa. O deputado Gilberto Brito focalizou muito bem o problema dos municípios e do Tribunal de Contas dos Municípios. A situação dos municípios é, sem dúvida alguma, vexatória: primeiro, pela perda de receita. Com a crise mundial que afeta o Brasil, a Bahia, os municípios, além da arrecadação própria do município cair vertiginosamente, o repasse das esferas superiores de governo também cai na mesma proporção.

Diante disso, deputado José Nunes, os prefeitos se veem numa situação altamente complexa e problemática perante a Corte de Contas dos Municípios. Vejam os que é exigido dos prefeitos, e das prefeitas gerar empregos, oferecer vagas de emprego, tendo nos municípios pequenos, as prefeituras como quase que única fonte geradora de emprego.

A Constituição federal determina que o ingresso no serviço público só pode acontecer pelo concurso de provas e títulos. O Ministério Público fiscaliza isso com todo o rigor, impedindo qualquer tipo de contratação ilegal. Nessa situação, a Lei de Responsabilidade Fiscal fixa em 54% da receita, no máximo, o valor que pode ser gasto com a folha de pagamento. Ora, um município pequeno que tenha R\$ 1 milhão como receita e possua uma folha de 480 mil, Sr. Presidente, está dentro da lei, pois significa 48% da sua receita. Se essa receita cai de 1 milhão para 800 mil, essa mesma folha, sem que ele tenha inflacionado, sem que tenha contratado ninguém, se transformará, em termos percentuais, em 60% – 480 mil equivale a 60% de 800 mil.

Ora, então terá de haver flexibilidade de Corte de contas não exigindo dos prefeitos e das prefeitas o percentual de 54%, senão todos estarão fora da lei. Digo isso para que todos reflitam sobre essa complexidade.

E agora quero destacar que teremos hoje a honra e a satisfação de ter na

Assembleia Legislativa do Estado da Bahia a presença do governador do Estado de Minas Gerais, nada mais nada menos do que o Dr. Aécio Neves, neto do saudoso Tancredo de Almeida Neves.

Como tudo só se reproduz segundo a sua espécie, isso é científico e bíblico, o Aécio está mostrando que a genética não falha. Tem sido um governador progressista, com uma administração fecunda, honrada e democrática.

Hoje, teremos também a presença do governador do Estado da Bahia, o Dr. Jaques Wagner, prestigiando o seu colega de Minas Gerais. Por certo, trocarão experiências e bons exemplos. O governador Aécio Neves pode clarear, indicar-lhe projetos de maior expansão; e o governador da Bahia poderá passar para o governador Aécio Neves o exemplo de democracia, de governo republicano, de homem tolerante, simples que respeita todos, tanto os correligionários quanto os adversários. Ele também faz grandes obras através das pequenas iniciativas, contemplando, assim, os despossuídos, aqueles que muitas vezes eram banidos do seu *habitat* devido às condições nefastas, adversas e deletérias causadas pela seca. E hoje se desenvolve um programa na Bahia, o Água para Todos, que faz chegar água potável a todos, melhorando a qualidade de vida e fixando o povo na sua terra.

Portanto, são dois governadores que trocarão experiências sábias e fecundas. Isso é bom para Minas, para a Bahia, para todos nós e para a democracia, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Continuando o Pequeno Expediente, fará uso da palavra o representante de Paulo Afonso nesta Casa, o deputado e médico Luiz de Deus.

O Sr. LUIZ DE DEUS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, plagiando o deputado Misael Neto, que saudou a imprensa, não viu ninguém, e eu disse para ele: uma presença hipotética.

Recordando um fato que ocorreu quando eu era estudante de Medicina: o professor se referia ao cliente “a”, fez menção ao assistente que se encontrava ao seu lado. Aí virou para o outro lado e disse: o cliente B – todo mundo olhou e não viu ninguém –, e ele, hipotético! Estou plagiando o deputado Misael Neto, que saudou a imprensa – e foi surpresa para a funcionária! –, e eu disse a ela: hipotética, pois não existe, mas foi feita a saudação!

Srs. Deputados, queria trazer, hoje, a esta sessão, até agora pouco concorrida, um assunto que considero da mais alta importância, sobretudo para a Bancada governista, que tanto fala do Programa TOPA-Todos pela Educação. Ora, Srs. Deputados, diz o Líder do governo que a Bahia é a campeã do analfabetismo e cita números, como esses que vêm do governo com o título “TOPA, inscrições prorrogadas até o dia 30”, que dão conta de que existem dois milhões e meio de baianos analfabetos.

O que é que realmente se tem feito para zerar esse número ou, no mínimo, baixá-lo consideravelmente de dois milhões e meio de baianos, já que vivem ainda –

meu Deus! – no tempo que o homem se comunicava através de sinais luminosos e o meio de comunicação moderno – a escrita, o aprender a ler e a escrever – ainda não chegou a essa imensa parcela da população de dois milhões e meio de habitantes baianos. E com esse programa não se vai chegar a lugar nenhum, meu nobre presidente, deputado Sérgio Passos!

Imaginem os senhores como é que funciona o TOPA! A maioria dos Srs. Deputados desta Casa não sabem a operacionalização dele, como é que ele funciona!

Ora, aqui no jornal está uma pessoa diz, orgulhosa, que foi alfabetizada pela vizinha. Então como é que funciona? O “professor” – do qual qual se exige, no mínimo, o Nível Médio – é que arranja o alunado, o local para dar a aula, com uma jornada de trabalho de apenas duas horas por dia, de segunda a quinta-feira.

Quando se deveria exigir um curso intensivo para a alfabetização desses jovens, esse praticamente não funciona, com duas horas por dia, de segunda a quinta-feira! O que é pior, imaginem bem: o professor tem que correr atrás do alunado para formar as turmas e providenciar o local, porque tem que pagar o aluguel por metade do salário mínimo! Então isso é uma brincadeira, não é um programa! Não vai se alfabetizar essa parcela da população baiana de jeito nenhum!

É preciso que o governo procure se informar como funcionam os programas dele. Tenho certeza de que o governador Jaques Wagner não sabe disso, ou seja, como é que funciona o TOPA.

Como membro da Comissão de Educação, vou fazer um convite, através de um requerimento, ao Sr. Secretário da Educação para que venha aqui e diga como é que realmente funciona o TOPA, porque, como está aí, ele não vai alfabetizar ninguém!

Era isso, Srs. Deputados, que queria trazer-lhes nesta manhã.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (José Nunes):- Com a palavra o ilustre deputado José Nunes, representante de Euclides da Cunha.

O Sr. JOSÉ NUNES:-Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, nesta manhã eu quero registrar a nossa alegria em receber hoje à tarde o nobre governador do Estado de Minas Gerais, Aécio Neves, que por sinal é correligionário do nobre presidente que ora está presidindo a sessão. É muito importante que Aécio venha aqui à Bahia discorrer sobre tudo que ele vem realizando naquele Estado. Realmente ele realiza um grande governo.

E isso na presença do governador Jaques Wagner certamente vai servir de estímulo ao atual governador para que possa realmente se posicionar melhor à frente da administração do Estado da Bahia.

O Dr. Aécio Neves certamente não vai falar, mas poderia muito bem dizer que vem administrando o Estado de Minas Gerais com muita competência, enfrentando, inclusive, a queda da arrecadação de impostos, mas isso sem comprometer o serviço público de um modo geral. Vemos o Estado de Minas Gerais, nobre deputado Ivo, um Estado com todas as rodovias pavimentadas. E hoje vemos com tristeza as estradas

do nosso Estado se acabando e o governo apenas fazendo propaganda da Serra do Maçal, uma estrada que foi recuperada por ele em apenas 500 metros. Parece-me que gastou muito mais dinheiro divulgando essa obra do que o que efetivamente investiu naquela realização.

De forma que seria muito bom que o governador Aécio Neves, na conversa que vai ter em particular com o governador Jaques Wagner, pudesse realmente dar subsídios de como o governador da Bahia pode buscar recursos ou de como fazer as coisas com mais celeridade para resolver os problemas do nosso Estado.

É lamentável que hoje as nossas estradas estejam em estado deplorável e o governador, embora tenha um secretário com um programa “Buraco Zero”, ele tem dito insistentemente que vai resolver o problema do Estado. Mas parece-me que não vai conseguir, porque a situação é muito difícil depois de decorridos quase três anos do mandato do governador, e não se vê o início das obras já tão decantadas hoje, eles que criticavam tanto a administração passada.

Sr. Presidente, quero falar também sobre o pronunciamento do nobre deputado Luiz de Deus que fez aqui um brilhante discurso. O deputado Aderbal Fulco Caldas falou aqui muito sobre a questão dos índices de 54%, que é o máximo que a Lei de Responsabilidade Fiscal permite que os municípios comprometam da receita líquida corrente deles.

E tenho acompanhado de perto muitos municípios e tenho visto que realmente é muito difícil o prefeito compatibilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal nesse item, porque ocorreu um fato inédito no Brasil. Houve a queda efetiva de arrecadação e houve um aumento considerável no salário mínimo da ordem de 12%. Portanto é um achatamento para resolver essa questão. De um lado o salário mínimo sobe 12% , deputado Ivo, e por outro lado desce a receita, e essa equação se torna muito difícil de resolver. Hoje, tenho a impressão de que mais de 70% dos municípios, de portes pequeno e médio, no Brasil estão tendo a dificuldade de compatibilizar a Lei de Responsabilidade Fiscal no que concerne aos 54%. A grande maioria deles hoje trabalha com 60, 70%, até porque, nobre presidente, há os convênios específicos que são feitos para contratação de pessoal, como é o caso da dengue, dos PSFs e de programas sociais como o Pró-Jovem, pois realmente fica difícil compatibilizar quando se fazem programas e celebram-se convênios específicos para contratação de pessoal e ela entra nos índices dos 54%, deixando os prefeitos em dificuldades e certamente com uma provável rejeição de contas. E, quando há a efetiva rejeição de contas, ocorre que a imprensa vai publicar que o município tal teve as contas rejeitadas, gerando um desgaste muitas vezes ocasionado simplesmente por um motivo: exatamente esses 54%. De modo que é preciso rever a Lei de Responsabilidade Fiscal, e o Tribunal de Contas nada pode fazer porque infelizmente é apenas um fiscal da lei.

Quero agradecer a tolerância de V.Ex^a, e dentro em breve voltaremos ao assunto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Ivo de Assis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Concedida uma questão de ordem ao deputado Ivo de Assis.

O Sr. Ivo de Assis:- Solicito uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Sérgio Passos):- Em atenção ao pedido de V.Ex^a e verificando que neste instante no Plenário desta Casa o número de deputados é insuficiente para a continuidade da sessão, declaramos que ela está encerrada.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*